

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.368 - SE (2019/0338189-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
**SUSCITANTE** : **JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE PROPRIÁ - SE**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE CAPELA - SE**  
**INTERES.** : **SINDICATO DOS TRABALHADORES NOS SERVICOS PUBLICOS DO ESTADO DE SERGIPE-SINTRASE**  
**ADVOGADO** : **DENIS RANGEL SANTOS ARCIERE - SE004745**  
**INTERES.** : **MUNICIPIO DE CAPELA**  
**PROCURADORE** : **NADSON COSTA CERQUEIRA - SE005424**  
**S**

**IZABELLA CRUZ DOS SANTOS OLIVEIRA - SE010193**

**DECISÃO**

Trata-se de Conflito Negativo de Competência entre o Juízo da Vara do Trabalho de Propriá - SE e o Juízo de Direito da Vara de Capela - SE, nos autos de ação movida pelo Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Públicos do Estado de Sergipe - SINTRASE para percepção de contribuição sindical de servidores estatutários.

É o **relatório**.

**Decido.**

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 11.11.2019.

A jurisprudência da Primeira Seção, a partir do julgamento do AgRg no CC 135.694/GO (Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, DJe 17.11.2014, transitado em julgado em 9.2.2015), firmou o entendimento de que, nos termos do art. 114, III, da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional 45/2004, compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações relativas à cobrança de contribuição sindical de agentes públicos estaduais, com vínculo celetista ou estatutário.

A propósito:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL DE SERVIDORES PÚBLICO. HIPÓTESE LEGAL PREVISTA NO ART. 114 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRECEDENTES. CONFLITO CONHECIDO PARA DECLARAR COMPETENTE PARA PROCESSAR E JULGAR A PRESENTE DEMANDA A JUSTIÇA TRABALHISTA.

1. A jurisprudência da Primeira Seção, a partir do julgamento do AgRg no CC 135.694/GO (Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, DJe 17.11.2014, transitado em julgado em 9.2.2015), firmou o entendimento de que, nos termos do art. 114, III, da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional 45/2004, compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações relativas à cobrança de contribuição sindical de

agentes públicos estaduais, com vínculo celetista ou estatutário.

2. Conflito de Competência conhecido para declarar competente o Juízo da Vara do Trabalho de Posse - GO .

(CC 163.185/GO, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/03/2019, DJe 20/03/2019)

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. ART. 114, III, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. DECISÃO MANTIDA.

1. A Primeira Seção do STJ, a partir do julgamento do AgRg no CC 135.694/GO (Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe 17/11/2014), firmou o entendimento de que, nos termos do art. 114, III, da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional 45/2004, compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações relativas à contribuição sindical devida pelos agentes públicos estaduais, sendo indiferente a natureza do vínculo jurídico existente entre a entidade pública e os seus servidores, se celetista ou estatutário.

2. O fato de a presente controvérsia ser objeto de repercussão geral no Supremo Tribunal Federal (Tema 994) não impede o julgamento do conflito, ainda mais quando não houve determinação de sobrestamento dos feitos.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no CC 160.461/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/03/2019, DJe 18/03/2019)

Diante do exposto, **conheço do Conflito de Competência para declarar competente o Juízo da Vara do Trabalho de Propriá - SE, o suscitante.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN  
Relator